

AS PEQUENAS CIDADES NO BRASIL E NO TRIÂNGULO MINEIRO.¹

Winston Kleiber de Almeida Bacelar²

INTRODUÇÃO

Nascer e crescer numa pequena cidade sempre foi, para muitos, motivo de alegria. Esta alegria vem do contato direto e explícito com as coisas da natureza e da liberdade de pertencer a um lugar onde as relações interpessoais passam mais pelo campo do afetivo que material. Tudo é mais próximo, verdadeiro e colorido. O cheiro do mato e da terra molhada com as primeiras chuvas impregna as recordações e, este cheiro, é associado à felicidade.

O bucolismo logo dá lugar a uma trágica realidade: à falta de opções numa pequena cidade, sobretudo quando chega o final da adolescência, e sair torna-se a única opção, para quem quer continuar os estudos ou arranjar um emprego decente.

Na pequena cidade, os endereços não têm a menor importância. Conhece-se a pessoa pelos apelidos ou filiação. A realidade para muitos que querem “melhorar de vida” passa então pela rodoviária. Tornam-se localidades ‘fantasmas’, em que o sonho maior da população residente é o de se mudar para centros urbanos mais dinâmicos, no caso do Triângulo Mineiro essas pessoas rumam em direção a Uberaba, Araguari, Patos de Minas e, em especial, para Uberlândia. Sem vigor econômico as cidades pequenas, a exemplo de Estrela do Sul, com seus 6883 habitantes, ficam à mercê do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e

¹ Parte desse texto pertence à dissertação de Mestrado.

² Ms. - Universidade Federal de Uberlândia.

bacelar@nacionalnet.com.br

winstonbacelar@uol.com.br

do repasse do ICMS como forma de manutenção mínima da cidade e do município³.

Dos municípios brasileiros, aqueles com até 10.000 habitantes, categoria na qual a pequena Estrela do Sul enquadra-se, participam com apenas 9,9% das receitas tributárias do país (ISS, IPTU, ITBI, ICMS etc.).⁴ Sendo assim, os repasses Federais e Estaduais são a fonte vital desses municípios, que não conseguem gerar receita interna. A fonte principal destes repasses é o Fundo de Participação Municipal (FPM), criado pelo governo Federal como uma forma “*de transferência de caráter compensatório, que procura dar mais recursos para aqueles municípios que tem menos condições de arrecadar por seus meios*”. (BREMAEKER, 1997, p. 105).

Além deste repasse Federal ainda existe o repasse Estadual do ICMS, que são duas das principais formas de repasse de verbas de cidades de pequeno porte. Para Bremaeker (1997, p. 101) o “*FPM é a principal fonte de receita de 73,9% dos municípios de pequeno porte. Para 14,2% destes municípios o FPM e o ICMS repartem importância, enquanto que outros 11,9% destes municípios é o ICMS a principal fonte de receita*”.

O repasse da verba Federal para os municípios, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é calculado no montante populacional de cada município e não na arrecadação tributária. Quanto maior a população, maior o percentual de recebimento do FPM. Portanto, quanto maior sua população, a cidade recebe um percentual maior, ou seja, sua participação no ‘bolo’ de repasse das verbas Federais é maior.

³ Pequenas cidades em que a base produtiva e de empregos é fraca, seus habitantes vivem quase em total estado de dependência do poder público, exemplificado pelas prefeituras, torna-se o maior empregador dos municípios pequenos, como na grande maioria das pequenas cidades com população inferior a 10.000 habitantes, os recursos ou receita tributária municipal não representam a principal fonte de receita.

⁴ Bremaeker (1996 e 1997).

Tais tributos e formas de repasse para Estados e Municípios sempre partiram das leis constitucionais do Estado brasileiro a partir de uma base urbana, ou seja, tais tributos e repasses sempre tiveram como base a cidade. O que vale afirmar que a massa de tributos é eminentemente urbana (ISS, IPTU, ITBI, IPVA, etc.), o que cria um anacronismo, pois os pequenos municípios possuem uma fraca arrecadação destes tributos, o que em verdade, acaba por privilegiar os municípios ou cidades médias e grandes, onde estas contribuições são positivas, no aspecto de melhoria e, assim, constata-se que tais tributos somente encontram significado em um ambiente urbano expressivo como bem analisado por Bremaeker (1997)⁵.

Nesse contexto é premente a necessidade dos pequenos municípios com os repasses estaduais e federais, mas como a influência do poder político dos grandes e médios municípios é sempre maior que os pequenos, este repasse toma foro político e, quase nunca, os critérios de repasse tomam como base o aspecto puramente técnico. As cotas são técnicas, mas para cobrir as necessidades de seus pequenos municípios os prefeitos dessas cidades necessitam sempre de repasses complementares nos âmbitos estaduais e federais que nunca chegam dado ao seu pequeno peso político frente a estes poderes. (BREMAEKER, 1997).

O FPM é atrelado à arrecadação federal, portanto, oscila muito e com isto os repasses também. Os pequenos municípios são os que mais sentem o impacto de qualquer alteração que se promova com o fluxo de recursos do FPM. Mesmo considerando que a participação dos municípios como um todo aumentou nestas últimas décadas – na participação dos recursos públicos (estaduais e federais), pois subiu de 12% na época do governo militar para 17% na

⁵ Sobre este assunto Bremaeker (1997) analisa e afirma que os repasses Federais (FPM) e Estaduais (ICMS) são conjunturais e que oscilam conforme a arrecadação estadual e federal, sendo também oscilantes devido à inflação que solapa os parques recursos destinados aos pequenos municípios, especialmente àqueles com menos de 10.000 habitantes.

década de 1980 e chegou aos 25% nos dias de hoje com a nova Constituição – mesmo assim os pequenos municípios ficam atrelados aos ditames legais de repasse deste “bolo” orçamentário (25% do todo), o que vale ressaltar que os restantes das verbas estaduais e federais ficam a cargo do peso político de cada cidade, estado e região. (BREMAEKER, 1996, p. 15).

Outro importante fator a ser considerado é o de que, se estes pequenos municípios dependem exclusivamente desses repasses, que estão atrelados ao montante populacional, assim, municípios como Estrela do Sul que tem uma forte tendência a perda populacional, fica com o coeficiente mais baixo no repasse estadual do ICMS e principalmente do FPM de ordem federal.

1 – A CIDADE E O MUNICÍPIO: AS FACES DA MESMA MOEDA.

Nos estudos de Geografia Urbana e Regional, os problemas relativos à urbanização brasileira e mundial, têm como enfoque especial os problemas das grandes metrópoles. No início da década de 1990, a Geografia brasileira estava voltada para os estudos dos problemas das cidades médias. Assim, não havia investigações mais profundas sobre pequenas cidades. Era como se elas não existissem.⁶

⁶ O problema existe, em nosso entender, pois atualmente a humanidade aumentou seu número populacional e mais da metade do planeta mora em cidades. Estas por sua vez tornaram-se grandes, gigantescas e as pequenas cidades perderam seu anterior prestígio. Será que estas não são cidades devido a esta mudança no padrão de viver do ser humano? O que, a nosso ver, está mais em debate não é se um determinado agrupamento de casas, edifícios, ruas e avenidas é ou não é cidade, mas sim se este local é urbano, ou melhor, se este local está inserido no modo de vida urbano. Aí sim está a grande especulação a ser feita. Se estas consomem o mesmo “urbano” que outras localidades, como acesso a serviços, à mídia, ao consumismo inerente a sociedades urbanas. Estas deveriam ser as especulações mais pertinentes. Assim, a simples mudança de nome, ou conceituação para locais, vilas, povoados, cidades, municípios ou aglomerados humanos menores de 20.000 ou 10.000 habitantes nos parece a ponta do ‘iceberg’ da problemática, a discussão se um determinado local é ou não cidade, campo, não-cidade, etc. não traduz efetivamente a grande

A percepção da pouca preocupação da ciência geográfica com as pequenas cidades é pior quando se reside em regiões como o Triângulo Mineiro, em que a maioria das falas trazem uma mensagem de abundância e de crescimento econômico homogêneo que não condiz inteiramente com a realidade de certas cidades. A academia não estava sintonizada com a realidade das pequenas cidades e, além disso, o discurso do grande Triângulo Mineiro não fazia jus à fama da região, quando se analisa alguma pequena cidade da região. O que se percebe é um enorme descompasso entre o modelo e a realidade, entre a “fantasia” e a necessidade de muitos de se mudar de algumas pequenas cidades para residir em cidades maiores, no caso especial do Triângulo Mineiro, em Uberlândia.

O Triângulo Mineiro é importante destacar, transmite para toda a Minas Gerais, a idéia de um alto crescimento econômico e social, que, calcado em um discurso elaborado e propalado pela imprensa e pelos indicadores econômicos, cria uma imagem de homogeneidade para o todo regional. Tal imagem define uma “pasta” homogênea de crescimento de todas as suas cidades.

O mito do “Eldorado” é um discurso; o discurso cria ideologicamente o ideário que é divulgado por uma rede informacional que se desenvolve na mesma medida do crescimento e desenvolvimento regional, nacional e mundial. A força deste discurso, portanto, relaciona-se com o desenvolvimento dos meios de comunicação. A informação torna-se cada vez mais facilitada, mas não filtrada. Ademais, o discurso não se faz do nada. É fomentado por uma elite local que, na medida do desenvolvimento econômico e político, se faz também regional. Ele – o mito - é idéia: logo,

problemática destes lugares. A nosso ver a grande questão é se este local está ou não inserido em uma rede urbana ou mesmo se esta localidade está inserida nos padrões da globalização mundial e do modo de vida urbano que se apresenta no planeta Terra a partir da década de 1950 e, mais fortemente, a partir da década final do século XX.

esta idéia parte do pressuposto de uma dada realidade e se generaliza até tornar-se o real/concreto.

No entanto, tal crescimento e o discurso a ele ligado não escondem a realidade precária das cidades que não alcançaram o mesmo nível de desenvolvimento econômico. Cidades que já foram dinâmicas econômica e politicamente no cenário regional, perderam seu brilho e não alcançaram o mesmo ritmo de crescimento econômico e social fomentado pelo discurso e pelos dados econômicos da região.

As pequenas cidades são pouco estudadas tanto pelos cientistas quanto pelo Estado. Elas não possuem o mesmo tratamento dado às médias e grandes cidades, especialmente aquelas inseridas no cerrado ou nos espaços recentemente modificados do cerrado brasileiro. Esta área, no coração do Brasil, possui alguns requisitos que merecem uma análise mais acurada por parte da Geografia, pois exemplifica um espaço rural alterado, que possui cidades com um alto grau de crescimento populacional e econômico e, ao mesmo tempo, uma decadência populacional e outros problemas sociais e ambientais importantes.

Do mesmo modo, as pequenas cidades do cerrado desempenham um papel semelhante ao do espaço rural. Logo, elas têm que ser analisadas juntamente com seu entorno rural. Neste tipo de análise, podem-se obter dados mais confiáveis da realidade social e econômica desses lugares, pois a realidade das pequenas cidades imiscui-se na de seus municípios e ultrapassa o domínio urbano.

1.1 – UMA PEQUENA CIDADE EM REGIÃO RICA.

Uberlândia constitui, a partir da década de 1970, o pólo de maior desenvolvimento econômico e político da região do Triângulo Mineiro. Trata-se de um desenvolvimento vertiginoso, caracterizado por grandes inversões de capital agrário em urbano, por crescimento imobiliário e financeiro e também pelo “agrobusiness”.

Enquanto se discute o caráter dominante de Uberlândia em toda a região do Triângulo Mineiro, não podemos esquecer que esta influência extrapola o nível regional, passando até mesmo, a níveis extra-estaduais. A cidade consegue influenciar uma gama cada vez maior de cidades e regiões nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e também São Paulo. Todo este leque de áreas de influência marca o quanto Uberlândia aglutina poderes intra e extra-regionais.

O crescimento da importância de sua inserção na rede urbana do Triângulo Mineiro produziu em Uberlândia um fato notório: sua transformação de pequena cidade no século XIX para uma cidade regional no final do século XX.

Entendendo que a região, enquanto formação sócio-espacial, não pode negar o todo, este não nega as partes. Analisando o processo de formação e consolidação de Uberlândia no cenário regional e, também, a decadência econômico/política de algumas pequenas cidades do Triângulo Mineiro, vislumbramos, se possível, as realidades de outras regiões e de outros municípios em Minas Gerais.

Enquanto alguns municípios, anteriormente mais expressivos na rede urbana triangulina, ficaram para trás do ponto de vista político-econômico, Uberlândia enquadrou-se perfeitamente na nova ótica do processo capitalista nacional e internacional. Ações capitalistas inovadoras em vários setores, entre eles os de informática e de prestação de serviços, buscam uma inserção não apenas local ou regional, mas também nacional para a cidade.

Tornar, fazer, produzir e absorver são, em verdade, verbos perigosos em Geografia. Nenhuma cidade é um ser que absorve outras, nenhum núcleo urbano é uma coisa viva a ponto de absorver a importância de outro núcleo urbano. As relações têm que ser analisadas num quadro de processos em que algumas cidades ou núcleos urbanos enquadram-se melhor em determinada divisão territorial do

trabalho. Para isso, suas classes dirigentes têm papel fundamental.

O processo de hegemonia de uma cidade em uma rede urbana não pode e não deve ser analisado apenas como dominação total. Hegemonia não pode ser sinônimo de homogeneidade. O quadro político-econômico do Triângulo Mineiro demonstra que o crescimento de suas cidades não ocorreu no mesmo ritmo. A pseudo-homogeneidade “imposta” pelo discurso do “Eldorado” triangulino favorece cidades como Uberlândia. No entanto, outros centros, menos dinâmicos, porém, importantes no quadro econômico regional, ficam de fora desse “bolo”. Tal fato é determinado pelo capital extra-regional que, quase sempre, prefere algumas cidades a outras que perderam o “bonde” da história produtiva e da inserção na nova divisão territorial do trabalho. Assim, o abismo entre as cidades na região do Triângulo Mineiro amplia-se.

Este abismo mostra o quão pernicioso e nebuloso é o discurso de homogeneidade regional, pois, se a condição geral das pequenas cidades inseridas em determinadas regiões economicamente ativas, como estarão outras pequenas cidades em regiões menos dinâmicas do ponto de vista sócio-econômico?

1.2 – REGIÃO “HOMOGÊNEA” E O MITO DA CIDADE PEQUENA SEM PROBLEMAS.

A pequena cidade “esconde”, ainda, um mito, o de cidade ou lugar sem problemas, e este mito, sendo universal, ultrapassa a esfera do regional. Idealizado nas pequenas cidades européias e norte-americanas, é transferido para um país onde é grande o saudosismo onírico e escapista das pequenas cidades, moradia da maioria das pessoas no século XIX até a década de 1950. Cansadas da violência urbana dos grandes centros, elas voltam seu olhar para as lembranças de seus pais e avós que viveram em pequenos centros urbanos, sem os problemas das grandes metrópoles. A transferência de olhar

não condiz com toda a realidade das pequenas cidades contemporâneas. Trata-se muito mais de um problema de geração⁷, que realmente uma análise acurada das pequenas cidades de hoje.

Para a tarefa de discutir a realidade de pequenas cidades no Triângulo Mineiro, seguimos a metodologia da análise do desenvolvimento histórico da região ressaltando aspectos relativos à sua inserção na divisão territorial do trabalho e mostrando, neste processo, a dinâmica da alternância de cidades no “comando” da produção econômica, na absorção da população e no fomento de um discurso triangulino de fartura e felicidade. Esta alternância de cidades no centro hegemônico regional também vai significar um esforço de suas elites em criar, moldar e fomentar o discurso da prosperidade.

Assim, observaremos como esta alternância está relacionada ao processo de desenvolvimento e produção de novas territorialidades, às diferentes inserções das cidades na divisão do trabalho e à produção da rede urbana regional e sua inserção na rede urbana e na divisão territorial do trabalho estadual, nacional e internacional.

Fundamentalmente, na discussão da região enquanto formação sócio-espacial podemos observar a dura realidade das pequenas cidades e o quão difícil é esta realidade, quando a localidade está inserida próxima a um grande centro polarizador da economia regional. Com isso, pretendemos chamar a atenção para o mito da “felicidade” e que envolve, como um “véu”, as pequenas cidades, deixando-as obscurecidas no cenário urbano e produtivo da região e do Brasil⁸.

⁷ Aquele em que se diz que o seu tempo foi melhor que hoje.

⁸ Nas médias e grandes cidades a discussão acerca do espaço urbano, seu uso e ocupação estão em outro nível ou mesmo escala de grandeza e não de importância. Os problemas urbanos das pequenas cidades são os mesmos vistos em cidades de porte médio e grande. A diferença reside na escala. Nessas localidades o processo de favelamento existe e está intimamente relacionado ao processo de modernização do campo que expulsa levas de

A análise dos aspectos fundamentais que fizeram de Uberlândia o centro polarizador e hegemônico na região do Triângulo Mineiro, implica no processo de produção e transformação da elite local uberlandense em regional. Desse modo, observamos que o processo que leva uma determinada localidade a se transformar em centro hegemônico regional também implica a produção de elites regionais que passam a fomentar e disseminar um discurso homogeneizador, ideologicamente impregnado de mitos acerca do desenvolvimento da região. Assim, veremos que as elites de Uberlândia não criam o mito do “Eldorado” triangulino, mas reproduzem, em seu tempo histórico, um discurso que já tinha sido empregado anteriormente por outras cidades quando foram, também, centros hegemônicos na região do Triângulo Mineiro.

Assim, para confrontar a idéia de homogeneidade regional, os discursos e suas respectivas ideologias acerca da região e das pequenas cidades, analisamos os números relativos à região do Triângulo Mineiro, como os obtidos no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), os do Produto Interno Bruto (PIB) regional e municipal e, também o Índice de Condição de Vida (ICV), todos demonstraram a cruel concentração econômica e social dos melhores indicadores nas maiores cidades da região, especialmente em Uberlândia e a maioria das pequenas cidades podem ser enquadradas nos piores patamares⁹.

migrantes para as periferias destas localidades e, também, geram os conflitos habitacionais com invasões e ocupações de áreas de risco. Existem também as questões políticas como currais eleitorais, voto de “cabresto”, a troca de voto por alimento, dinheiro, casas, benesses do poder público etc. Além disso, a falta de saneamento básico é um problema muito grave nessas localidades juntamente com a falta de emprego. A visão de cidade pequena como refúgio, como saudosismo e bucolismo, a cidade pequena como sonho da aposentadoria, cidade sem violência e de pouca poluição, a cidade sem o estresse do cotidiano urbano etc., são visões distorcidas e até mesmo ensejadas pela mídia.

⁹ Como analisado por Bacelar (2003), se considerarmos como padrão intermediário de IDH, tendo como referência o índice estipulado pela ONU, o valor dentro dos 0,800 estaria nesta categoria. Com isso, de todos os municípios do Triângulo Mineiro, apenas 13, ou 21,31% dos municípios, se enquadrariam neste

Os dados fazem os conflitos aflorarem na forma da dissincronia espaço-temporal, em que a realidade parece não condizer com as teorias geográficas e sociológicas. Porém, isto é enganador, pois a aparente dissincronia é, em verdade, a dialética inerente ao processo capitalista de produção do espaço. Quando observamos a relação estreita de pequenas cidades com o mundo rural e a de Uberlândia com o urbano, observamos sim o processo de integração e desintegração espacial e produtivo relativo ao desenvolvimento das formas capitalistas que moldam a região, o Brasil e o mundo.

Este processo, calcado na evolução histórico-produtivo do capitalismo nacional intimamente relacionado ao processo mais global, produz a ideologia, o discurso e, assim, o imaginário. Mesmo as pessoas que residem em pequenas cidades “aceitam” e incorporam o imaginário de opulência e homogeneidade espacial que enforma o discurso do grande Triângulo Mineiro e, por conseqüência, “aceitam” também o imaginário da cidade pequena como pertencendo a uma espacialidade dentro da “redoma de vidro” sem os problemas dos grandes centros.

patamar de IDH, chamado por nós de localidade intermediária de qualidade de vida e de desenvolvimento humano. No patamar abaixo do 0,800, estão o restante dos municípios da região, com especial atenção para o município de Santa Rosa da Serra, com 0,560, índice africano de IDH. Destes municípios, alguns apresentaram queda no período de 1980 a 1991. Foram 12 os que apresentaram esta queda no IDH-M e destes, seis são municípios com população menor que 10.000 habitantes. E o mais interessante é observar que destes seis municípios com redução de índice do IDH-M entre 1980 e 1991, quatro (Cachoeira Dourada, Campos Altos, Conquista e Gurinhatã) estão com o índice de 1996/1998 menor que em 1980. A evolução do IDH-M dos municípios do Triângulo Mineiro demonstra claramente um descompasso visível entre os que são hegemônicos - Uberlândia (0,840), Uberaba (0,830), Araguari (0,810), Araxá (0,820) e Patos de Minas (0,800) - e alguns outros como Campo Florido, Fronteira, Frutal, Ituiutaba, Nova Ponte, Perdizes, Planura e Santa Juliana, enquadrados num padrão de índice de países desenvolvidos, com a grande maioria oscilando entre padrões africanos e asiáticos. Além do IDH-M foi analisado o ICV municipal e segundo dados do IBGE e do PNUD, entre as décadas de 1970 e 1990, apenas os municípios de Uberlândia e Uberaba, no Triângulo Mineiro, apresentaram ICV acima de 0,9, ficando muito acima dos outros municípios triangulinos e também do Brasil e do estado de Minas Gerais.

1.3 – O MUNICÍPIO E A CIDADE: AS FACES DA MESMA REALIDADE EM PEQUENAS CIDADES.

O fenômeno da concentração populacional nas médias cidades foi marcante na região do Triângulo Mineiro a partir da década de 1980, mas não nos esqueçamos de que uma parte considerável da população que reside nas pequenas cidades do Triângulo Mineiro não pode ficar de fora das análises geográficas devido ao fato de que numericamente elas representam 89,35% do total regional.

O número de municípios com população inferior a 10.000 habitantes no Triângulo Mineiro representa a maioria, o que de fato reflete o todo nacional, pois a maioria dos municípios e cidades do Brasil são pequenas em número populacional, segundo a classificação do IPEA, que conceitua pequenos municípios as localidades com total populacionais inferior a 50.000 habitantes. Porém, o foco de nossa análise é centrado nos municípios com menos de 10.000 habitantes – que são a maioria no Brasil e também no Triângulo Mineiro – pois a realidade destes parece-nos bem próxima no que tange a seus problemas populacionais, tributários, financeiros, sociais, políticos e econômicos. Assim, Estrela do Sul, pequena cidade do Triângulo Mineiro, ao se enquadrar neste patamar ou categoria de análise, é a representante do todo regional e nacional.

Como em todo o planeta, neste mundo globalizado, no meio técnico-informacional, as realidades são ao mesmo tempo iguais e diferentes. O todo se reflete no lugar e o lugar reflete o todo. O que acaba justificando plenamente a pesquisa em questão. Para Santos (1996, p. 46/47/48):

Se o espaço se torna uno para atender as necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e

específicos. (...) Mas, se para a compreensão de uma qualquer fração do Planeta, a totalidade do processo que a molda há de estar presente, assim também, para a compreensão da realidade global, é indispensável o entendimento do que é a vida nas diferentes regiões; (...) Para isso concorrerão a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste. É esse conjunto de coisas que fará com que um mesmo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares.

Neste sentido, Estrela do Sul é singular, porém igual. O Triângulo Mineiro também. Não se pode com isto caracterizar esta região de homogênea nem mesmo estender a realidade econômica, política e social de determinadas cidades do Triângulo Mineiro para o todo regional, sem que haja um filtro maior de análise que estabeleça as diferenças e as semelhanças entre elas. Assim, determinadas e analisadas as realidades, podemos realmente procurar as soluções possíveis para todos os municípios e cidades do Brasil. Contudo, para isto faz-se necessário discutir minimamente as categorias município e cidade para melhor entendermos os problemas relacionados a elas e as suas respectivas escalas.

O presente texto esforça-se nesta questão, sob o ponto de vista da dicotomia existente, entre algumas cidades do Triângulo Mineiro, especialmente entre Estrela do Sul e Uberlândia, tendo como ponto de verificação e análise as diferentes formas e tempos de sua inserção na rede urbana triangulina e também na divisão territorial do trabalho, rediscutindo a idéia de homogeneidade imposta pelo discurso do 'Eldorado' triangulino. Porém, para a plena apreensão da nossa pesquisa, é necessário a compreensão de algumas expressões caras a este estudo. Tais

expressões dizem respeito ao uso, ao longo deste trabalho, de conceitos referentes à cidade e ao município.

A discussão e a análise regional, no nosso caso, parte de dois pressupostos básicos. O primeiro privilegia a região enquanto ela mesma, ou seja, sua constituição histórica nos circuitos Estadual e Federal pela delimitação administrativa que se fez ao longo de um amplo período de tempo. O segundo refere-se à análise da região segundo a ótica das pessoas aí residentes, isto é como esta é encarada e assimilada pelo ideário popular. Assim, poderemos estabelecer parâmetros de como a região figura no cotidiano e no imaginário das pessoas que a sentem, fazem e absorvem.

Em nosso entender, a análise e o estudo das pessoas em determinada região somente poderá se aproximar do real quando localidades humanas acima de 50.000 habitantes são observadas na cidade sede (ou sede municipal) e podem assim ser chamadas de cidades. As localidades humanas com menos de 50.000 habitantes, especialmente as com número inferior a 10.000 habitantes, serão elencadas dentro da expressão município, pois, em nosso entender, nestas localidades, o rural e o urbano são muito próximos e, portanto não seria prudente realizar uma análise em que a realidade rural/urbano estivesse dissociada.

Tal pensamento tem uma razão de ser. Uma parcela considerável de localidades acima de 50.000 habitantes, no Brasil, possuem uma população com ligação histórica e produtiva (e assim social e política) com o meio urbano. São localidades essencialmente citadinas. Já nas localidades com uma população inferior a 50.000 habitantes, especialmente as com menos de 10.000 habitantes, a realidade das pessoas residentes é mais pulverizada espacialmente no município. Das localidades com população inferior a 10.000 habitantes, segundo o censo IBGE 2000, 52,87% possuem população urbana e 47,13%

são consideradas localidades com maioria de população rural.

Mesmo em localidades onde a população é predominantemente “urbana”, existe (segundo o censo IBGE 2000) uma significativa porcentagem de pessoas residentes ou trabalhando no meio rural, dispersas no território do município. Podemos observar que, nestas localidades, existe uma forte ligação histórica e produtiva, portanto, social e política, com o todo municipal no sentido espacial e concreto enquanto realidade do cotidiano.¹⁰

Porém, não se pode aqui confundir a utilização destas expressões, pois figuram mais no sentido organizacional que conceitual. A aplicabilidade conceitual do termo cidade a localidades específicas deve-se ao fato da escassez de discussão e debate acerca das localidades com população inferior a 10.000 habitantes por parte das ciências sociais.¹¹

Muito já se escreveu sobre o desenvolvimento e o crescimento de cidades e regiões no Brasil, mas estes estudos, em sua grande maioria, privilegiam as regiões de alto crescimento e suas respectivas cidades médias e grandes. Análises sobre o fenômeno da metropolização e do crescimento regional em várias partes de nosso país e do mundo sempre foram o grande foco da Geografia Urbana e Regional. No entanto, as pequenas cidades, aquelas com

¹⁰ Assim, ao longo deste trabalho, o uso da expressão cidade (muito mais que o próprio conceito) será para localidades em que a população for superior a 50.000 habitantes e, para as localidades com população inferior a este número, e em especial, as localidades com população inferior a 10.000 habitantes será utilizada a expressão município, mesmo quando não demonstrado claramente ou subentendido na expressão “pequena cidade”.

¹¹ Se as cidades são o produto/sujeito de sua sociedade, como apenas alguns aglomerados humanos podem ser considerados cidades? Será que o caos maior das grandes e médias cidades é, no final, o ponto forte nas definições de cidades pelos estudiosos do assunto? Tais indagações são fruto de uma grave constatação: uma parte dos estudiosos sobre as cidades afirma que se deve conceituar e aceitar como cidades apenas alguns aglomerados humanos ou sítios humanos acima de determinado número de habitantes ou mesmo utilizam o critério da densidade demográfica, localização, e até mesmo os três critérios juntos, o que a nosso ver são estáticos e arbitrários.

menos de 10.000 habitantes, não estão, há muito tempo, no foco das análises Geográficas e também de outras Ciências Sociais.

Estas pequenas cidades são geralmente englobadas em uma região assumida ou vista como um quadro homogêneo de riqueza e prosperidade. Municípios como Estrela do Sul, que se situam numa região próspera economicamente, mas não conseguem alcançar a mesma prosperidade, permanecem fora dos circuitos acadêmicos. Municípios como Estrela do Sul constituem, hoje e há muito tempo, a maioria das cidades brasileiras, pois, estes municípios de porte demográfico pequeno constituem numericamente 47,5%¹² do Brasil e, portanto, merecem um olhar especial por parte da Geografia. Assim, grande parte dos municípios do Brasil constituem as chamadas pequenas cidades, que possuem uma população inferior a 10.000 habitantes. Logo, seu estudo torna-se significativo neste momento de nossa história, pois observamos uma estagnação sócio-política e populacional que envolve grande parte destes municípios no país¹³.

¹² Segundo o censo IBGE 2000, as cidades com menos de 10.000 habitantes são 2.616, ou seja, 47,50% das 5.507. No Triângulo Mineiro, das 66 cidades, são 37, ou seja, 55,25% do total.

¹³ Embora englobe uma gama considerável de cidades a sua população, no todo populacional brasileiro, em termos absolutos representa pouco. As cidades com população inferior a 10.000 habitantes, representavam 10,65% do total da população do Brasil em 1970, em 1980 caiu para 7,75%, possivelmente fruto das intensas migrações intra-urbanas no Brasil neste período, o que de fato explica, também, a maior queda representativa ocorrida em 1991, quando o percentual populacional destas pequenas cidades despenca para 6,97% do todo nacional. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2000 estas crescem sua participação no todo populacional brasileiro para 8,16%, devido, provavelmente, à redução da migração das pequenas cidades para as médias e grandes e também da diminuição, pequena, mas significativa, do êxodo rural, que é significativo para essas localidades brasileiras. Outro fator explicativo deste pequeno aumento da participação da população das cidades com menos de 10.000 habitantes no todo populacional brasileiro deve-se ao fato das emancipações municipais, em que houve um desmembramento territorial e populacional verificado após a constituição federal de 1988. Tal fato fez aumentar o número destes pequenos municípios em todo o Brasil e ajudou a aumentar a população percentual dessas localidades.

Tal fato torna-se mais interessante quando analisamos os municípios e cidades inseridas no cerrado. Este ambiente de rápida e recente transformação produtiva e espacial torna esta decadência ainda mais aguda que nas regiões mais “antigas” do país em que as redes urbanas articularam-se mais lentamente.

A inserção ou não de pequenas cidades, como Estrela do Sul, na rede urbana é possibilitada pela ampliação da rede informacional, o que vem alterando a relação intra e interurbana. O processo ainda está em curso. As cidades se relacionam no aspecto funcional, mas não mais nos moldes hierarquizados. Todas se relacionam com todas e não mais numa escala piramidal, como na hierarquização da rede urbana anterior a este período. Oliveira e Soares (2003, p. 08) afirmam que:

(...) essa hierarquia classificatória para a rede urbana teve que ser repensada, principalmente após a influência do período tecnológico, visto que o significado da mesma variável altera-se no decurso do tempo (...) cada centro, por menor que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção (...) produzindo, distribuindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais e também por intermédio da rede financeira articulada globalmente. O que se verifica na atualidade, é que cada centro, independentemente de seu tamanho populacional, consegue manter relações econômicas, políticas, sociais, com outros centros, sem ter que necessariamente seguir uma ordem piramidal.

De certo modo, a análise funcional no período pós-industrial não pode ser confundida com a analisada e comentada em estudos regionais, nas décadas de 1960 até o início da década de 1990, mas entendida numa escala mais complexa, em que a funcionalidade está intimamente

relacionada à rede urbana regional, pois as potencialidades de certos núcleos urbanos ficam evidentes (turístico, extrativo, industrial etc.) e, além disso, as relações não ocorrem mais de forma hierárquica, mas a partir de trocas ou fluxos entre todos os nós da rede urbana, do menor núcleo para o maior, do maior para o médio, do médio para o menor e maior etc.

Sendo assim, nessa nova concepção, cidades como Estrela do Sul, que não apresentam mais algum tipo de especialização ou potencialidades que interessem ao todo da rede urbana, passam a sofrer um fluxo emigratório, com perda populacional, pois não conseguem uma maior inserção na rede urbana regional e nem um desenvolvimento frente às novas necessidades da divisão territorial do trabalho. Desse modo, passam a ser o 'alvo' de sua falta de novas potencialidades (especializações) frente à esmagadora força centrípeta exercida pelos centros hegemônicos, ou nós maiores da rede urbana pós-industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o capital, foi e é interessante, que a região do Triângulo Mineiro se articule ao todo nacional e global, ampliando assim o leque de oportunidades e os horizontes de acumulação do processo capitalista. Este impõe uma série de necessidades de articulação dos nexos, em tempos históricos e ritmos diferentes e desiguais, criando espacialidades, territorialidades e hegemonias diferenciadas no espaço regional.

O mito é uma identidade ideológica. É criado por determinadas aglomerações humanas que buscam uma expressão coletiva que as diferenciem das demais. Nenhum espaço no mundo é a-histórico. Toda região possui uma história, toda localidade tem seus ídolos, seus heróis, seus personagens, ilustres ou não, como também toda região possui seus fantasmas, flagelos e vilões. Esta é seu rosto e logo não tem troca. O que não podemos deixar acontecer é que esta História seja contada do ponto de vista dos

vencedores. As análises têm que ser/ter dialética, pois a História assim o é. A história de determinada cidade, pequena ou grande, é a sua História, porém também pertence ao todo.

Na urbanização de fronteira, do “sertão”, as cidades são modernizadas a partir da modernização do campo. Portanto, no cerrado e no Triângulo Mineiro, a modernização urbana é decorrente da agroindustrialização do campo e das relações recentes de aceleração do fenômeno urbano. Estes fatores concorrem para uma rápida refuncionalização dos centros urbanos que se adequam, em tempos diferentes, uns de forma rápida e outros de forma lenta, na absorção desta nova situação. No “sertão”, as articulações produtivas não são feitas internamente, mas inoculadas pelo capital de fora e assimiladas ou até mesmo ultrapassadas pelo capital endógeno.

Como a modernização agrícola foi realizada pelo grande capital agroindustrial externo à região do Triângulo Mineiro, aqueles centros urbanos melhor capacitados e melhor inseridos na rede urbana absorveram, mais rápido que outros, as inovações tecnológicas no campo e no urbano e, assim, absorveram também o excedente migracional da região. Esta análise relacionada a fatores de fluxo migracional não pode ser encarada de forma superficial e apenas quantitativa, pois ela está intimamente ligada à vida econômica de cidades como Estrela do Sul.

Assim, muito dos problemas vislumbrados em pequenas cidades não são analisados pois são eclipsados pela idéia de que os problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais são exclusividade dos grandes centros urbanos. O mito da “felicidade eterna” das pequenas cidades as deixa sem poder de pressão sobre os órgãos públicos por mais verbas e financiamentos. Além disso, quando uma pequena cidade encontra-se em região rica, ocorre duplamente uma deturpação das necessidades, pois além do mito envolvendo as pequenas cidades existe o mito de que a região “rica” não necessita de mais investimentos públicos e

quando estes acontecem, as cidades hegemônicas acabam por absorver a maioria das verbas usando de sua maior força política.

Contudo, com a maior ocupação produtiva dos cerrados do Triângulo Mineiro, o que gerou a expulsão de parcela da população do campo para a cidade o modo de vida rural migra junto. Diante desta constatação, as pequenas cidades do cerrado passam a ser o último reduto deste modo de vida. Trata-se de um modo de vida que se desenvolveu/assentou no campo e agora resiste em pequenas cidades dos sertões modificados, modo de vida peculiar e ao mesmo tempo universal a todas as pequenas cidades do Brasil. Seja na Caatinga, na Amazônia ou no Cerrado, o modo de vida caipira ou sertanejo resiste nas pequenas cidades.

O campo modificado expulsa e desintegra não somente a paisagem, mas o modo de vida. Assim, pode-se ver nas ruas das pequenas cidades carros importados ao lado de carroças e, em algumas, até carros de boi. Na pequena cidade, convivem lado a lado o frango caipira com o de granja congelado das grandes agroindústrias.

Nas pequenas cidades, o cigarro da multinacional ainda disputa com o cigarro de palha, feito com o fumo de rolo, produzido em pequena escala e enrolado artesanalmente. A modernização agrícola avassaladora não só expulsa o caipira, o pequeno agricultor, mas expulsa a roça, o modo de vida rural para as pequenas cidades, que passam a viver e reproduzir uma dialética do novo e do antigo. Quem sabe reside aí uma das prováveis soluções para os problemas dessas pequenas cidades: a utilização desse modo de vida como fonte de geração de renda, trabalho e bem estar social para as populações residentes.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade**. Uberlândia, 2003, 211p. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio De Janeiro, IPEA, **Texto para discussão n° 702**, janeiro de 2000, 31 p.

BREMAEKER, François E. J. de. Causas da situação de crise financeira dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Municipal, IBAM**, abril/dez., n° 219, 1996, p. 08 -21.

_____ As dificuldades enfrentadas pelos prefeitos de pequenos municípios. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Municipal, IBAM**, abril/dez. n° 221, 1997, p. 98 -108.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro, IPEA, **Texto para discussão n° 621**, janeiro de 1999, 23 p. www.Ipea.gov.br

CAMARANO, Ana Amélia e BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século. Rio de Janeiro, IPEA, **Texto para discussão n° 766**, novembro de 2000, 21 p. www.Ipea.gov.br

IPEA. Disponível no “site” www.ipea.gov.br

OLIVEIRA, Bianca Simoneli e SOARES, Beatriz Ribeiro. O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG no contexto regional. **In: Revista Horizonte Científico**, Propp/UFU, 2003, 28p. www.ufu.br/propp/revistahorizontecientifico.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo, Hucitec, 1996, 4ª ed. 124 p.

VEIGA, José Eli. O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. MDA/NEAD, agosto de 2001 (**Texto provisório**), extraído do “site” www.neado.gov.br em 21 de janeiro de 2002, 107 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife, 2001 (mimeo.), 13 p.